

2005/2006



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE TRABALHO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SINDAPOIO DF SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS LOCADORAS DE VIDEOS, FILMES EM VHS, DVDS, DISCO LASER E/OU JOGOS GRAVADOS ELETRONICAMENTE, ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA, ESCRITÓRIOS DE ASSESSORIAS, EMPRESAS DE ASSESSORIAS, EMPRESAS DE COBRANÇAS, EMPRESAS DE CONSULTORIAS, EMPRESAS DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES DE CRÉDITOS, EMPRESAS PROMOTORAS DE CRÉDITOS, EMPRESAS PROMOTORAS DE VENDAS E RECEBIMENTOS DE CRÉDITOS, PROMOTORA DE CARTÕES DE CRÉDITOS, INFORMAÇÕES AO CRÉDITO E COBRANÇAS, FACTORING, FOMENTOS, PROMOTORA EXECUTIVA DE COBRANÇA E FINACEIRAS DO DISTRITO FEDERAL -CNPJ 03.204.979/0001-08 CÓDIGO SINDICAL Nº. 000.000.90036-2 na qualidade de representante da categoria profissional, E O SESCON/DF SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO DISTRITO FEDERAL CNPJ 02.708.535/0001-47 CÓDIGO SINDICAL Nº. 002.365.04303.2

CLÁUSULA 1ª - DATA BASE

Fica mantida a data base em 1º de novembro.

CLÁUSULA 1.1 - REAJUSTE SALARIAL

A empresa concederá a Categoria Profissional, representada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas locadoras de vídeos, Escritórios de Advocacia, Escritórios de Assessoria, Cobrança e Consultoria do DF, apartir de 01/11/2005, um reajuste de 07% (sete por cento), incidentes sobre o salário de novembro de 2004, referente às perdas salariais ocorridas no período de 01 de Novembro de 2004 a 31 de Outubro 2005, descontado eventual antecipações concedidas no período, respeitada a proporcionalidade de 1/12 aos funcionários admitidos após 01.11.2004.

PARÁGRAFO ÚNICO DA REPRESENTAÇÃO.

EMPRESAS E ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA.

- ESCRITÓRIOS ADVOCACIA
- ESCRITÓRIOS DE ASSESSORIA ADVOCATÍCIA EM GERAL
- ESCRITÓRIOS DE COBRANÇA ADVOCATÍCIA
- ESCRITÓRIOS DE CONSULTORIA ADVOCATÍCIA

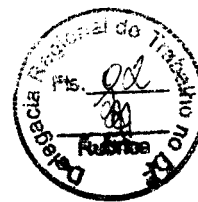
EMPRESAS E ESCRITÓRIOS DE ASSESSORIAS.

- ASSESSORIA DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
- ASSESSORIA DE MARKETING E MERCHANDISING
- ASSESSORIA DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL
- ASSESSORIA ECONÔMICA E FINANCEIRA
- ASSESSORIA E PLANEJAMENTO
- ASSESSORIA DE CRÉDITOS E COBRANÇA
- ASSESSORIA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
- ASSESSORIA EMPRESARIAL
- ASSESSORIA IMOBILIÁRIA
- ASSESSORIA DE NEGOCIO

EMPRESA E ESCRITÓRIOS DE COBRANÇAS

- SERVIÇO DE COBRANÇA EXTRAJUDICIAL
- ESCRITÓRIOS DE COBRANÇAS
- ESCRITÓRIOS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS
- SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS
- COBRANÇA DE TÍTULOS





EMPRESAS E ESCRITÓRIOS DE CONSULTORIA

- CONSULTORIAS EMPRESARIAIS
- CONSULTORIAS DE INFORMÁTICA
- CONSULTORIAS FINANCEIRAS, ECONÔMICAS.
- CONSULTORIA ENGENHARIA
- CONSULTORIAS JURÍDICAS
- CONSULTORIA E TREINAMENTO

EMPRESAS DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITOS

- ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITOS
- CRÉDITOS E RECEBIMENTOS E COMERCIO
- INFORMAÇÕES AOS CRÉDITOS E COBRANÇA
- FACTORING
- FORMENTOS MERCANTIL

EMPRESAS PROMOTORAS DE CRÉDITOS

- PROMOTORA DE CARTÃO DE CREDITO
- PROMOTORA EXECUTIVA DE COBRANÇA

CLÁUSULA 2ª - SALÁRIO DE INGRESSO

As empresas garantirão a todos os empregados representados pelas empresas citadas na cláusula primeira, (excluindo-se deste office-boy, faxineiro, motorista e motociclistas) a título de salário de ingresso, um Piso Salarial equivalente R\$ 460,00 (Quatrocentos e sessenta reais).

PARÁGRAFO 1º – Aos motoristas é garantido um salário de R\$ 497,00 (Quatrocentos e Noventa e Sete Reais).

PARÁGRAFO 2º - Aos office-boys é garantido um salário de R\$ 360,00 (Trezentos e Sessenta Reais).

PARÁGRAFO 3º - Aos faxineiros e demais trabalhadores em serviço de limpeza é garantido um salário de R\$ 340,00 (Trezentos e Quarenta Reais).

PARÁGRAFO 4º - Aos Motociclistas é garantido o salário R\$ 460,00 (Quatrocentos e Sessenta Reais).

PARÁGRAFO 5º - Aos trabalhadores em serviços gerais é assegurado à garantia do salário de R\$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais)

PARÁGRAFO 6º - As empresas não poderão pagar nenhum salário menor para o empregado que desempenhar a mesma função do outro, respeitando-se o plano de cargos e salários da empresa, respeitando o previsto no artigo 461 e parágrafos da CLT.

CLÁUSULA 3ª - GARANTIA CESTA BÁSICA

Fica garantido a todos os empregados **sindicalizados** abrangidos por esta CCT, o recebimento de uma cesta básica com o valor mínimo de R\$ 107,00 (cento e sete reais) a ser pago em espécie uma vez ao ano no gozo da férias.

CLÁUSULA 4ª - GARANTIA MÍNIMA DO COMISSIONISTA

Aos comissionistas puros ou mistos será assegurada uma garantia mínima mensal equivalente ao valor do Salário de ingresso da categoria, quando o total das comissões e o repouso semanal remunerado não atingir a referida quantia.

CLÁUSULA 5ª - CÁLCULO DE FÉRIAS, 13º SALÁRIO, HORAS EXTRAS, AVISO PRÉVIO E VERBAS RESCISÓRIAS DOS COMISSIONISTAS, SALÁRIO MATERNIDADE, LICENÇA MÉDICA.



O valor das férias, 13º (Décimo Terceiro) salário, aviso prévio e verbas rescisórias do empregado que recebem comissionistas (verbas variáveis) serão calculados tomando-se por base as 05 (cinco) maiores remunerações auferidas nos últimos 12 (Doze) meses que antecederem o respectivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO – A base de cálculo da referida no “caput” desta será a base para o cálculo de pagamento dos dias parados por motivo de afastamento para tratamento de saúde.

CLÁUSULA 6ª - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO ANUÊNIO.

A cada período de 01 (um) ano de efetiva prestação de serviço na mesma empresa, fica garantido ao empregados um adicional de 01% (um por cento), calculado sobre o salário fixo ou salário de ingresso para o comissionistas puro, a título de anuênio a ser pago pelo empregador durante a vigência da presente Convenção Coletiva.

CLÁUSULA 7ª - GRATIFICAÇÃO POR QUEBRA DE CAIXA

As empresas que descontarem, independentes dos salários de seus empregados ocupantes do cargo de caixa, eventuais diferenças verificadas, pagarão a estes, a título de quebra de caixa, um valor mensal equivalente a 20% (Vinte e por cento) de seu salário.

CLAUSULA 8ª – REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Aos empregados que recebem salário fixo e verbas variáveis habituais, comissões, horas extras, e outras verbas variáveis, receberão o RSR calculado sobre todas as verbas variáveis dividindo-se pelo número de dias úteis e o resultado multiplicando-se pelo número de domingos e feriados.

CLÁUSULA 9ª - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), as duas primeiras, e de 100% (cem por cento) as subseqüentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores referentes ao pagamento de horas extraordinárias prestadas habitualmente, por mais 01 (Um) ano, serão incorporados ao salário, para efeito de cálculo de gratificação de natal, (Décimo Terceiro), férias e aviso prévio, conforme Art. 62 da CLT.

CLÁUSULA 10ª - TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS

Os estabelecimentos comerciais que funcionam em regime de 24 horas e quando os funcionários trabalharem além do horário que não tenha ônibus para a sua locomoção, as empresas providenciarão condução para os empregados até sua residência.

CLÁUSULA 11ª - JORNADA DE TRABALHO DO VIGIA

A jornada de trabalho do vigia poderá ser em escala de 12:00 x 36:00 (Doze Horas de Trabalho por Trinta e Seis de Descanso), desde que estabelecida em acordo escrito.

CLÁUSULA 12ª - JORNADA DE TRABALHO DO CAIXA

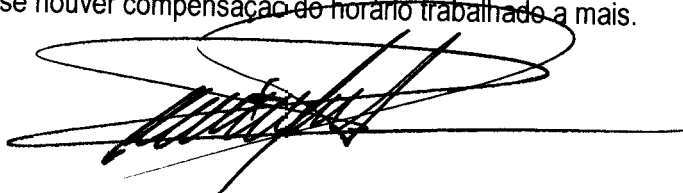
Fica assegurada a jornada de trabalho de 06 (Seis) horas corridas para operadores de caixa, e que é improrrogável, perfazendo, assim, uma carga semanal de 36 (Trinta e Seis) horas.

CLÁUSULA 13ª - TOLERÂNCIA PARA INÍCIO DA JORNADA

As empresas concederão aos seus trabalhadores uma tolerância de 15 (Quinze) minutos por semana, no início da jornada de trabalho, desde que a somatória das mesmas não ultrapasse uma hora por mês.

CLÁUSULA 14ª – FREQUÊNCIA OBRIGATÓRIA ÀS REUNIÕES

As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, a que convocados os empregados, deverão ser realizadas durante o expediente normal, e, se ultrapassarem estas o horário normal de trabalho, serão remuneradas as horas excedentes como serviço extraordinário, por representarem tempo à disposição da empresa, exceto se houver compensação de horário trabalhado a mais.



3



CLÁUSULA 15ª - BALANÇO DAS EMPRESAS

É vedado às empresas a realização de balanços em domingos e feriados, devendo os mesmos ser realizados em dia útil de trabalho, exceto quando houver pagamento das horas extras ou compensação.

CLÁUSULA 16ª - CONFERÊNCIA DOS VALORES DE CAIXA

A conferência dos valores de caixa será realizada na presença do operador responsável. Impedido pela empresa de acompanhar a conferência dos valores por ele, o operador, ficará o empregado isento de responsabilidade por eventuais erros verificados.

CLÁUSULA 17ª - CHEQUES DEVOLVIDOS

Fica proibido descontar da remuneração dos empregados os valores de cheques devolvidos por insuficiência de fundos ou irregularidades, exceto nos casos em que não tenham sido obedecidas as normas da empresa.

PARÁGRAFO 1º - O empregador informará ao empregado por escrito e contra-recibo as normas para recebimento de cheques.

PARÁGRAFO 2º - Em caso de não atendimento dessa exigência por parte do empregador, o empregado não poderá ser responsabilizado pela devolução de cheque.

CLÁUSULA 18ª - UNIFORMES

Os empregados receberão uniformes gratuitos, quando do uso obrigatório, ressalvado o direito das empresas à indenização por extravio ou inutilização dolosa pelo empregado, bem como a devolução do mesmo ao final do contrato de trabalho, quando fornecido a menos de 06 (Seis meses).

CLÁUSULA 19ª - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento do empregado, a empresa pagará 1,5 (um e meio) salários de ingresso da categoria a título de Auxílio Funeral, ao cônjuge ou dependente legal, contra recibo, inclusive se o fato ocorrer durante o período experiência.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a empresa tenha seguro de vida em grupo para seus empregados, ficará desobrigada do pagamento do referido auxílio.

CLÁUSULA 20ª - ASSENTOS

As empresas colocarão assentos para os empregados que habitualmente trabalham em pé no atendimento ao público, que serão utilizados nas pausas que o trabalho permitir.

CLÁUSULA 21ª - DISPENSA DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Não será celebrado contrato de experiência nos casos de admissão de empregados para a mesma função anteriormente exercida na empresa, bem como para casos de admissão de empregados que estejam prestando serviços na mesma função na mesma empresa como mão-de-obra de empresas prestadoras de serviços de locação de mão-de-obra.

CLÁUSULA 22ª - EMPREGADO SUBSTITUÍDO

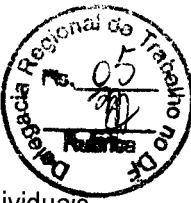
Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

CLÁUSULA 23ª - VESTIÁRIOS

Os estabelecimentos em que a atividade exija troca de roupas no local de trabalho, ou em que seja exigido o uso de uniformes ou guarda-pó, haverá local apropriado para vestiário, dotado de armários individuais, com chave privativa, e que somente poderão ser abertos pela empresa na presença do respectivo usuário.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de ausência do empregado, poderá ser aberto pelo empregador na presença de 02 (dois) funcionários.





CLÁUSULA 24ª - INSPEÇÃO DOS VESTIÁRIOS

Os empregados não poderão recusar, quando solicitado pela empresa, a abrir os armários individuais, gavetas ou escaninhos proporcionados ao seu uso, conforme cláusula 23ª facultada a inspeção em sua presença, desses locais, quanto ao seu uso correto e adequados, condições de higiene e limpeza.

CLÁUSULA 25ª - QUADRO DE AVISOS

As empresas se comprometem a afixar em seus estabelecimentos com mais de 20 (Vinte) empregados, internamente em seus quadros de avisos, informações de interesse dos empregados e procedentes do Sindicato Profissional, desde que não contenham a divulgação de matérias política partidária, conceitos ou expressões injuriosas que disponham os empregados contra a empresa ou autoridades.

CLÁUSULA 26ª - ABONO DE FALTAS EM DIAS DE PROVAS

Fica assegurado ao empregado estudante, nos dias de provas escolares que coincidam com o seu horário de trabalho, o abono do tempo necessário à realização das provas e locomoção, desde que pré-avisado o empregador, com antecedência mínima de 24 (Vinte e quatro) horas e, no prazo de 05 (Cinco) dias, comprovado o comparecimento às provas, por documento fornecido pelo estabelecimento de ensino.

CLÁUSULA 27ª - FALTAS JUSTIFICADAS

Ficam estabelecidas as seguintes regras para ausências legais a conta dos **DIAS ÚTEIS**;

- a) 05(cinco) dias em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendentes, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência Econômica;
- b) 05 (Cinco) dias no caso de nascimento de filho;
- c) 03 (três) dias no caso de adoção de criança;
- d) por todos os dias de prova quando for prestar vestibular;
- e) 05 (cinco) dias em virtude do casamento após a data do mesmo.

PARÁGRAFO 1º - Todas as ausências estipuladas no "caput" da presente cláusula serão consideradas mediante documentação que as comprovem, devendo haver a comunicação no prazo máximo de 48 horas a contar da 1ª ausência.

PARÁGRAFO 2º - A documentação comprobatória do motivo das ausências deverá ser entregue por ocasião do retorno do empregado à atividade, mas o comunicado deve ser imediato.

CLÁUSULA 28ª - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS E DE COMPARECIMENTO

Reconhecimento, por parte das empresas, de atestados médicos e odontológicos, concedidos por profissionais Conveniados com o Sindicato ou do SESC, desde que credenciados pelo INSS exceto quando as empresas oferecerem assistência médica aos seus empregados, ainda que através de convênio, quando somente serão aceitos os atestados passados por médicos a elas conveniados.

PARÁGRAFO 1º- As empresas aceitarão atestado de comparecimento do empregado, mãe ou pai, desde que sejam da rede pública ou Conveniada com a mesma, para acompanhamento de filho de até 14 anos, até o limite de 04 (Quatro) atestados por ano, desde que não ultrapasse 01 (Um) dia no ano, cada atestado.

PARÁGRAFO 2º- OS ATESTADOS ADMISSIONAL, DEMISSINAL, PERIÓDICO, MUDANÇA DE FUNÇÃO, deverão ser custeados pela empresa conforme prevê a NR 07 – PCMSO.

CLÁUSULA 29ª - DO AVISO PRÉVIO

Se no curso do aviso prévio o empregado, conseguir novo emprego, a empresa o dispensará do cumprimento do aviso prévio, desonerando as partes do respectivo pagamento, até a data do pagamento das verbas rescisórias independente de ter sido o aviso prévio concedido pelo empregado ou empregador mediante documento que comprove a veracidade do fato.

PARÁGRAFO ÚNICO – devendo haver a comunicação no prazo máximo 72 (setenta e duas) horas





CLÁUSULA 30ª - PRAZO PARA HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES DE CONTRATO

Quando da demissão do empregado às empresas homologarão no Sindicato da categoria a rescisão do contrato de trabalho, a partir de 06 (Seis) meses, até o 10º dia, quando o aviso prévio for indenizado e no 1º dia útil imediatamente após o desligamento quando o aviso prévio for trabalhado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a) recusar-se o empregado a assinar a comunicação prévia da data, hora e local da homologação;
- b) assinada, deixar de comparecer ao ato;
- c) comparecendo o empregado ou o empregador e, não se realizando a homologação por motivos alheios a sua vontade. Nessa hipótese deverá, necessariamente, o Sindicato Profissional atestar o comparecimento;
- d) Quando o 10º dia coincidir em dia não útil, a homologação deverá ser feita no 1º dia anterior ao prazo estipulado;
- e) Obrigatoriedade das empresas aceitarem a por ressalvas no Termo de Rescisão do Contrato de trabalho, quando solicitado pelos empregado, conforme precedente 330 do TST;
- f) fica estipulado multa prevista no art. 477 parágrafo 8º da CLT.
- g) no caso de depósito em conta bancária do empregado, este tem que estar liberado no dia da homologação no termo do art. 477, parágrafo 4º da CLT.

CLÁUSULA 31ª - DOCUMENTOS QUE DEVEM SER APRESENTADOS NO ATO DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Aviso prévio ou pedido de demissão em 03 (três) vias, carta de preposto.

Rescisão de contrato em 05 (cinco) vias originais;

CTPS atualizada;

Carta de apresentação nas demissões sem justa causa ou pedido;

Livro ou ficha de registro de empregados atualizados;

Extrato de FGTS analítico;

A.A. S (atestado de afastamento de salários) dos últimos 24 (vinte quatro meses) ou período trabalhado;

Guias de seguro desemprego para os que tenham sido demitidos sem justa causa;

Pagamento em cheque, depósito ou em dinheiro conforme o art. 477 da CLT;

A. S. O atestado de saúde Demissional em 03 (três) vias;

Apresentação da chave de liberação do FGTS (chave de conectividade)

Apresentação das guias de recolhimento da Taxa Assistencial e sindical tanto patronal como dos empregados, e taxa prevista na **CLÁUSULA 57ª - ASSISTÊNCIA AOS EMPREGADOS.**

Pagamento em cheque na sexta e véspera de feriados, só será efetuado até as 14:00 horas; nas demissões por dispensa sem justa causa, o valor relativo à importância dos 50% do FGTS e do FGTS do mês da rescisão e o anterior, deverão ser depositados na conta vinculada do FGTS do Trabalhador, de acordo com a lei 9491/97 e circular Nº 116 de 23/12/97, DOU 01 do dia 31/12/97 em três vias.

Além dos documentos legalmente exigidos para a homologação das rescisões contratuais, deverão as empresas apresentar, no ato da homologação, as guias de contribuições devidas às entidades sindicais patronal e laboral.

PARÁGRAFO 1º - A não apresentação da documentação aqui estabelecida, implicará em multa diária a ser paga pela empresa, correspondente a 1/30 do valor do salário de ingresso da categoria, fixado na cláusula 2ª, sendo que essa se reverterá em favor da entidade prejudicada.

PARÁGRAFO 2º - em caso da não apresentação da contribuição devida ao sindicato patronal, fica o sindicato Laboral obrigado a comunicar àquele, a irregularidade no prazo de 05 (cinco) dias.

PARÁGRAFO 3º - Não poderá, entretanto, o Sindicato Laboral recusar-se a efetuar a competente homologação. Caso o empregador não apresente os comprovantes das guias devidamente quitadas no ato da homologação, lhe será concedido prazo de 05 (Cinco) dias, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior, até a data da apresentação ou pagamento se for o caso.

PARÁGRAFO 4º - Os valores correspondentes às multas devidos às entidades patronais e laboral deverão ser recolhidas nas tesourarias das mesmas.



